

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 93

**SETOR INFORMAL:
PORTA DE ENTRADA PARA O MIGRANTE?**

**Ana Flávia Machado
Mônica Viegas Andrade**

Novembro de 1995

Ficha catalográfica

331.51(81)	MACHADO, Ana Flávia.
M1498	Setor informal: porta de entrada para o migrante? Belo
1995	Horizonte : CEDEPLAR/UFGM, 1995.
	20p. (Texto para discussão; 93)
	1. Setor informal - Brasil. 2. Trabalho migratório - Brasil.
	3. Mercado de Trabalho - Brasil. I. Andrade, Mônica Viegas. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

**SETOR INFORMAL:
PORTA DE ENTRADA PARA O MIGRANTE?**

**Ana Flávia Machado
Mônica Viegas Andrade**

Mestres em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG
professoras do Departamento de Economia da
FACE/UFMG.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
1995**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES ..	8
3 CARACTERIZAÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO SEGUNDO TEMPO DE MIGRAÇÃO	13
4 INSERÇÃO DO MIGRANTE RECENTE NO MERCADO DE TRABALHO	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	20

1 INTRODUÇÃO

A migração assume papel relevante na constituição do mercado de trabalho em áreas metropolitanas. No que tange ao aspecto da oferta de mão-de-obra, os fluxos migratórios contribuem para ampliar a PEA (População Economicamente Ativa), arrefecendo possíveis pressões salariais provenientes de pouca disponibilidade de mão-de-obra. Na perspectiva do indivíduo migrante, a motivação para tomar a decisão de se deslocar deve-se, principalmente, à procura por melhores oportunidades sócio-econômicas. As metrópoles se tornam, assim, o "locus" provável para ascensão social desses contingentes populacionais.

O perfil do migrante brasileiro é objeto de estudo em trabalho feito por Martine e Peliano (1978), ao analisarem os dados do Censo Demográfico de 1970 em nove regiões metropolitanas. Neste trabalho, os autores concluem que ocorre muita proximidade no "status" sócio-econômico entre grupos de migrantes e não-migrantes nas metrópoles brasileiras. Salvo alguns segmentos específicos, o que mais impressiona é a concentração de ambos grupos nas faixas de renda mais baixas.

A leitura desses resultados da pesquisa de Martine e Peliano (1978) indica o quanto pouco credencial é a condição de nativo para obtenção de melhores oportunidades no mercado de trabalho urbano: o fluxo migratório se constitui em mais uma contribuição para ampliar a massa de trabalhadores de baixa qualificação já existente nas metrópoles. Ademais, verifica-se estreita relação entre fluxos migratórios e absorção dessa mão-de-obra pelo setor informal, configurando as ocupações na indústria da construção civil como veio de entrada para a força de trabalho masculina e o serviço doméstico, para o trabalho feminino. Possivelmente, deve ter ocorrido descolamento das taxas de crescimento da população disponível para o trabalho e do número de postos de trabalho no setor formal, pois a migração imprime ritmo mais acelerado ao aumento da oferta de mão-de-obra do que o observado para a ampliação da estrutura produtiva no estágio de desenvolvimento econômico do Brasil nos anos 60. Sob o aspecto do trabalhador, as atividades do setor informal, por não exigirem relações de trabalho regulamentadas, permitem ao indivíduo migrante reproduzir condições laborais semelhantes às existentes nas zonas rurais.

Além disso, o tempo de residência do migrante nos novos espaços geográficos é variável importante para ascensão social, embora não deva ser tratado isoladamente, pois a análise revela processo de seleção dos mais capacitados em detrimento de adaptação progressiva ao meio, uma vez que ocorre significativa evasão de mão-de-obra menos qualificada.

Esse artigo pretende tratar de alguns dos aspectos abordados por Martine e Peliano (1978) no contexto do mercado de trabalho urbano nos anos 80. Ainda que a consolidação do mercado de trabalho brasileiro e as consequências deletérias do processo de urbanização nesses vinte anos tenham desacelerado o ritmo de migração em direção às áreas metropolitanas¹¹, o objetivo principal deste trabalho é examinar

¹¹ Segundo Martine (1994), os dados do Censo de 1991 indicam moderada metropolização, em benefício de cidades médias ou pequenas. O ritmo de migração para o Sudeste e o Sul reduziu, sendo que a região Sul expulsou migrantes. No Norte e Centro-Oeste houve ampliação dos fluxos migratórios, graças à expansão de fronteiras agrícolas e no Nordeste, verificou-se migração de retorno.

a importância da migração ao longo da década dos 80 na explicação da permanência do "setor informal" da economia, aqui considerado como os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores sem carteira assinada. É importante salientar que não se busca com esta indagação condicionar a existência do setor informal unicamente ao determinante migratório. O setor informal é objeto de pesquisa bastante estudado durante a década dos 80, sendo consenso na literatura, a heterogeneidade presente neste setor, o que torna bastante complexa a explicação do mesmo. A indagação aqui proposta, é feita no sentido de verificar se o componente migratório continua sendo importante para explicar a existência do setor informal - que absorve hoje um significativo contingente da mão de obra ocupada⁽²⁾ - ou se já não mais assume este papel.

Além disso, procura-se relacionar o tempo de residência nas metrópoles e a idade do migrante como possíveis fatores de determinação da ascensão social, refletida em postos de trabalho de melhor qualidade que pode ser traduzida pela estrutura e posição ocupacional.

A fonte de dados utilizada é o Suplemento de Trabalho da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) realizado para o ano de 1990. Dadas as disparidades regionais observadas no Brasil, a análise é feita para seis regiões metropolitanas: Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Essas áreas não são escolhidas aleatoriamente, mas em decorrência das diferenças observadas em seus estágios de desenvolvimento.

A primeira parte deste trabalho procura mostrar a composição da população ocupada destas regiões em relação ao fluxo migratório, enfatizando a análise da estrutura da população ocupada em função do critério posição na ocupação que define, segundo a abordagem escolhida, a informalidade. Em seguida, busca-se investigar a existência de "portas de entrada" para o migrante no mercado de trabalho e alterações na sua trajetória no decorrer do período de residência.

2 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA ENTRE MIGRANTES E NÃO MIGRANTES

Em todas as regiões metropolitanas analisadas, o componente migração é significativo para explicar a constituição da oferta de mão-de-obra nos centros urbanos. Nas metrópoles do Sudeste e Sul do país, mais de 60% da população total das regiões não nasceram no município de residência, enquanto nas metrópoles nordestinas, este percentual se aproxima de 50%. No tocante à participação de mão-de-obra migrante no total da população ocupada, a participação se eleva ainda mais, com exceção da RM.Recife, onde a mão-de-obra migrante responde por 52,62% da população ocupada total. Nas demais regiões, tal percentual se situa entre 60 e 67% (Tabela 1).

² Considerando como setor informal os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, este percentual se aproxima dos 50% em todas as regiões metropolitanas analisadas.

TABELA 1

**População ocupada segundo Região Metropolitana
1990⁽³⁾**

Região	Pop. Ocupada Total	Pop. Ocup. Migrante	Pop. Ocupada Nativa
Fortaleza	808561	489367 (60,52%)	319194
Recife	1019955	536571 (52,62%)	483204
Belo Horizonte	1567901	1005116 (64,10%)	562785
São Paulo	7157603	4622916 (64,58%)	2534687
Curitiba	973848	668480 (65,89%)	305368
Porto Alegre	1297134	873631 (67,35%)	423503

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990

Os dados disponíveis permitem traçar apenas a composição migratória segundo unidades da federação de nascimento. Ressaltam-se dois aspectos quanto à origem da população migrante. Em primeiro lugar, a migração intra-estadual explica o fluxo migratório atual, à exceção da metrópole paulista que recebe um contingente migratório mais diversificado e oriundo de outras unidades da federação, principalmente da região nordeste. Em segundo lugar, esta migração não é mais derivada apenas do deslocamento populacional rural-urbano como se verifica na década de 60 (Martine e Peliano, 1978).

Analizando a composição da população migrante, segundo unidades da federação de origem, nota-se que a migração oriunda do próprio estado é mais observada nessas metrópoles.⁽⁴⁾ Conforme dito, a região onde a migração inter-estadual é mais importante é São Paulo, onde apenas 38,2% dos migrantes têm origem no próprio estado. O fato de São Paulo se constituir no polo econômico de maior desenvolvimento na América Latina o torna bastante atraente para aqueles que buscam melhores oportunidades de trabalho e facilidade de acesso aos serviços da rede pública. O maior contingente de migrantes para a metrópole paulista tem origem na região nordeste (35,4%) onde nitidamente se destaca o estado da Bahia (12,2%); seguido da região sudeste (13,9%), com relevância para o estado de Minas Gerais (12,1%). A segunda região metropolitana mais atrativa é Curitiba, onde 35,7% dos migrantes têm origem em outros estados. A composição regional da população migrante de Curitiba é bastante distinta da observada para a metrópole paulista. Em Curitiba, a região de origem mais importante é a região Sul (18,2%), principalmente de Santa Catarina (13,0%); seguida da região sudeste (12,0%), com destaque para

⁽³⁾ O universo considerado inclui apenas a população ocupada na área urbana das regiões metropolitanas.

⁽⁴⁾ A pergunta referente à migração diz respeito ao município de origem e não à região metropolitana.

o estado de São Paulo (7.3%). Nas quatro demais regiões, mais de 80% da população migrante tem origem no próprio estado, não se vislumbrando nenhuma área como de expulsão evidente. O que se pode intuir é a presença de uma relação entre o fluxo migratório e a proximidade geográfica. (Tabela 2)

TABELA 2

**População migrante segundo regiões de origem⁽⁵⁾
(em %)**

Região Metropolitana	Estadual	Norte	Nordeste	Sudeste	C. Oeste	Sul	Estr.
Fortaleza	86,9	1,5	8,4	2,3	0,3	0,2	0,2
Recife	80,7	0,6	14,1	3,3	0,2	0,5	0,5
Belo Horizonte	87,6	0,2	3,9	5,8	0,9	0,7	0,7
São Paulo	38,2	0,3	35,4	13,9	1,2	6,5	4,4
Curitiba	64,3	0,6	11,9	11,9	0,7	18,2	1,6
Porto Alegre	90,1	0,2	0,4	1,5	0,0	6,2	1,5

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

Em todas as metrópoles, a migração proveniente de áreas urbanas é importante. Nas seis regiões analisadas, mais de 40% da população migrante originam-se de áreas urbanas. O contingente rural é mais representativo nas regiões metropolitanas de Fortaleza e Curitiba, respondendo por 56% e 53%, respectivamente. Nas demais regiões, a relevância da migração recai sobre o fluxo urbano-urbano.

Outra informação importante diz respeito ao tempo de migração. Os resultados de Martine (1994) advindos da pesquisa com dados do Censo de 1991 são corroborados pela análise dos dados do Suplemento do Trabalho da PNAD. Observa-se uma desaceleração do fluxo migratório na década de 80 em relação à década de 60. Cerca de 50% dos migrantes possuem mais de 10 anos de residência nas metrópoles analisadas, o que indica maior intensidade do fluxo migratório na década de 70. O fluxo migratório mais recente, 0 a 2 anos de residência, representa em torno de 10 a 12 % da migração nas seis regiões analisadas. Sobre a metrópole paulista, pode-se dizer que o fluxo migratório tem se reduzido ao longo da década de 80. Aproximadamente 66% da população migrante apresentam mais de 10 anos de residência e observa-se distribuição monotônica da população por tempo de migração. (Tabela 3)

⁽⁵⁾ As regiões não incluem o percentual referente ao próprio estado.

TABELA 3

**População migrante segundo tempo de migração
(em %)**

Região Metropolitana	0 ano	1 a 2	3 a 5	6 a 10	+ de 10
Fortaleza	5,1	7,6	11,7	19,5	56,0
Recife	3,8	6,5	11,0	19,2	59,5
Belo Horizonte	4,7	7,0	10,3	16,0	62,1
São Paulo	4,2	6,0	10,1	13,7	65,8
Curitiba	4,9	7,7	12,8	17,2	57,5
Porto Alegre	4,1	6,6	12,1	17,9	59,4

FONTE: Suplemento de Trabalho da PNAD/1990.

O critério escolhido neste trabalho para definição do setor informal é a posição na ocupação, ou seja, está-se considerando como trabalhadores pertencentes ao setor informal, os trabalhadores por conta-própria e os empregados sem carteira assinada. Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é analisar se a migração ainda é relevante para a explicação da existência do setor informal na economia, toma-se por ponto de partida a composição das populações migrante e não migrante, segundo o critério posição na ocupação.

A informação que ressalta, uma vez analisada a estrutura da população ocupada por posição na ocupação, é o incremento na participação relativa do grupo dos trabalhadores por conta-própria no total da população migrante em contraposição a uma redução da participação relativa dos empregados sem carteira assinada, quando comparada à composição da população ocupada não migrante. (Tabelas 4 e 5). Este dado sugere que a inserção do migrante está atrelada ao setor informal da economia, mais estreitamente ao segmento dos trabalhadores por conta própria neste setor.

Ainda que se esteja considerando como informal tanto o trabalhador por conta-própria quanto o empregado sem carteira assinada, é importante que se faça distinção entre esses dois grupos. O empregado sem carteira assinada é resultado muito mais de uma precarização do vínculo de trabalho do que propriamente de uma forma de organização da produção em moldes não capitalistas. O segmento dos trabalhadores por conta-própria, em geral, está associado a uma organização da produção não necessariamente capitalista. Os estudos mostram que a dinâmica deste segmento está atrelada a outros elementos, não apenas à exclusão do mercado formal de trabalho, mas provavelmente a uma opção de vida destes trabalhadores. A condição de autônomo garante nível de remuneração mais elevada, credenciando-o na pirâmide social do centro urbano; flexibilidade na jornada de trabalho e ausência de vínculo empregatício, permitindo-o, ainda que precariamente, reproduzir as condições de trabalho existentes nos locais de origem. (Andrade e Machado, 1994; Pero e Urani, 1992).

TABELA 4

**População ocupada migrante
segundo posição na ocupação⁽⁶⁾**

Regiões	Emp. c/ carteira	Emp.s/carteira	Conta própria	Sem rem.	Empregador
Fortaleza	189133 (38,64)	142222 (29,06)	128374 (26,23)	6820 (1,39)	21751 (4,44)
Recife	249686 (46,51)	128774 (23,99)	126156 (23,50)	10474 (1,95)	20709 (3,85)
B. Horizonte	537212 (53,45)	201688 (20,06)	208150 (20,70)	10037 (1,0)	47551 (4,73)
São Paulo	2736961 (59,20)	805068 (17,63)	850003 (18,38)	38826 (0,84)	192058 (4,15)
Curitiba	378052 (56,55)	102233 (15,29)	142372 (21,29)	12470 (1,9)	32268 (4,82)
Porto Alegre	495510 (56,71)	155034 (17,74)	163625 (18,72)	14974 (1,7)	44267 (5,1)

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

TABELA 5

**População ocupada não migrante
segundo posição na ocupação**

Regiões	Emp. C/ Carteira	Emp. S/ Carteira	Conta Própria	Sem. Rem.	Empregador
Fortaleza	131976 (41,34)	96379 (30,19)	70159 (21,98)	9404 (2,94)	10231 (7,75)
Recife	232324 (48,07)	129011 (26,95)	95688 (19,80)	10234 (2,11)	15709 (3,25)
B.Horizonte	307323 (54,60)	128568 (22,84)	85076 (15,11)	7886 (1,40)	32020 (5,69)
São Paulo	1551881 (61,22)	521025 (20,55)	295259 (11,65)	28605 (1,13)	137917 (5,44)
Curitiba	183593 (60,12)	50711 (16,60)	50722 (16,66)	7597 (2,48)	12203 (3,99)
Porto Alegre	243353 (57,46)	82811 (19,55)	66729 (15,75)	7046 (1,66)	23564 (5,56)

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

⁶ O resíduo não apresentado nesta tabela corresponde às outras posições: parceiro empregado, trabalhadores agrícolas, parceiro empregador e sem declaração.

3 CARACTERIZAÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO SEGUNDO TEMPO DE MIGRAÇÃO

Em função de uma melhor caracterização do fluxo migratório recente, é feita opção por segmentar a população de análise em dois grupos de acordo com o tempo de residência nos municípios: o migrante recente e o migrante antigo; classificando como migrante recente aquele que possui menos de 10 anos de residência e migrante antigo aquele que possui mais de 10 anos de residência.

As informações a respeito da posição na ocupação do migrante nos dois grupos são bastante interessantes. Em todas as regiões metropolitanas analisadas, a composição da população ocupada segundo posição sugere que o migrante recente se insere no mercado de trabalho na posição de empregado, seja com carteira ou sem carteira assinada (mais de 75% da população ocupada se encontra nesta posição em todas as regiões). Comparando a distribuição da população ocupada pela posição na ocupação entre os dois grupos, o que ressalta é o aumento da participação da posição trabalhador por conta própria. Ou seja, existe uma relação entre o tempo de migração e a posição conta-própria. Em todas as metrópoles analisadas esta participação eleva-se significativamente, com destaque para as metrópoles de Recife, Fortaleza e São Paulo, onde este percentual aumenta de 16.91% para 27.7%, 20.9% para 30.6% e 12.25 para 21.71% respectivamente. Em contrapartida, nota-se uma redução da participação do trabalhador empregado com carteira assinada e sem carteira assinada. Isto é, existe uma diferença nítida entre os migrantes que realizaram o fluxo na década dos oitenta em relação aos que saíram de sua região de origem na década dos 70. O migrante antigo mais presente na posição conta-própria reflete uma tentativa de reproduzir as relações de trabalho no meio rural, enquanto o migrante recente tenta uma inserção no mercado de trabalho onde prevaleçam relações capitalistas de produção, seja este mercado legalizado ou não. Comparando-se os resultados apresentados na tabela 5, que corresponde à distribuição da população ocupada não migrante por posição na ocupação, com os resultados obtidos para a composição da população ocupada migrante com menos de 10 anos de residência, observa-se uma semelhança nestas distribuições, o que sugere ser o perfil de inserção do migrante recente próximo ao perfil de inserção do nativo. Por outro lado, comparando a tabela 4 correspondente à distribuição da população ocupada migrante por posição com a tabela 7, onde são apresentados os dados referentes ao migrante antigo, percebe-se uma semelhança nestas distribuições. Nesse sentido, o migrante recente vem contribuir para a existência do setor informal do mesmo modo que o nativo, ou seja, ampliar a precarização dos vínculos de trabalho. Do ponto de vista regional os dados apenas corroboram as diferenças existentes, as metrópoles do Nordeste oferecem postos de trabalho mais precários, enquanto as metrópoles Paulista e do Sul oferecem ao migrante melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

TABELA 6

**Pop. ocupada migrante com menos de 10 anos de residência
segundo posição na ocupação**

Regiões	Sem Rem.	C/ Carteira	S/ Carteira	Conta Própria	Empregador	Outros	Total
Fortaleza	2345	77829	76553	42647	4266	426	204066
Recife	5236	101876	59269	35231	6189	476	208247
Bhz	4541	211258	89135	63571	10276	239	379020
P.Alegre	7047	208988	66510	54835	14534	-----	351929
Curitiba	5150	158121	46374	54516	7863	-----	272024
São Paulo	10216	1081925	296277	199213	38824	-----	1626455

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

TABELA 7

**Pop. ocupada migrante com mais de 10 anos de residência
segundo posição na ocupação**

Regiões	Sem rem.	C/ Carteira	S/ Carteira	Conta Própria	Empregador	Outros	Total
Fortaleza	4475	111304	65669	85727	17485	641	285301
Recife	5238	147810	69505	90925	14520	476	328474
Bhz	5496	325954	112553	144579	37275	239	626096
São Paulo	28610	1655036	508791	650790	153234	-----	2996461
Curitiba	7320	219931	55859	54516	24405	1085	396456
P. Alegre	7927	286512	88524	108790	29728	-----	521702

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

4 INSERÇÃO DO MIGRANTE RECENTE NO MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção, busca-se analisar a relação entre migração recente e a forma de inserção no mercado de trabalho em termos do setor de atividade e da posição na ocupação. A pretensão é verificar se existem ainda laços entre migração e entrada pelo setor informal no mercado de trabalho metropolitano.

Na tabela 8⁽⁷⁾, observa-se que a maior incidência de migrantes com menos de 10 anos de residência ocorre em ocupações dos setores da indústria e de serviços pessoais. Além desses, destacam-se comércio, construção civil e serviços sociais na absorção de mão-de-obra. A distinção a ser feita a partir da análise da tabela 8 refere-se à diferenciação regional quanto à importância desses grupos. Em metrópoles, onde a integração da estrutura produtiva ainda é pouco evidente como Fortaleza, Recife e Belo Horizonte, as ocupações de serviços pessoais geram postos de trabalho em maior número, 37%, 29,8% e 29%, respectivamente. Por outro lado, em São Paulo e Porto Alegre, a indústria é o setor que mais absorve mão-de-obra no contingente de migrantes com menos de 10 anos de residência.

Na análise intra-setorial, destacam-se os ramos de atividade dos serviços domésticos remunerados e da indústria da construção civil como aqueles que absorvem isoladamente maior contingente de mão-de-obra migrante com menos de 10 anos em todas as regiões. As especificidades das estruturas econômicas regionais refletem na distribuição desses ocupados: é expressiva a participação da indústria de calçados em Porto Alegre; dos serviços alimentares em São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte; da indústria de material de transporte em São Paulo e do comércio ambulante em Fortaleza.

⁷ Os ramos disponíveis da PNAD estão agregados em grandes grupos como indústria; construção civil; comércio e, no caso específico do setor serviços, opta-se por mantê-lo mais desagregado, uma vez que representa 60% da absorção de mão-de-obra em centros urbanos e por seu caráter mais heterogêneo, porque tende a abrigar atividades do setor informal.

TABELA 8

**População ocupada com menos de 10 anos de residência
segundo setor de atividade⁽⁸⁾**

Regiões	Fortaleza	Recife	Belo Horizonte	São Paulo	Curitiba	Porto Alegre
Indústria	36677	28563	67393	575208	55063	96687
Const. Civil	12579	16661	41586	133834	26037	27963
S. Públicos	6822	14995	16251	46995	17358	20482
Comércio	35397	39043	54487	207379	42579	57693
S. Financeiros	5758	7616	17923	45974	14912	10569
Transp/Comunic	9169	9284	20789	96037	15189	16298
Serv Pessoais	73140	59743	106820	359621	63460	76644
Prof. Negócios	2556	3094	5736	29619	4881	6606
Serv Sociais	15782	21423	33696	115443	26037	33035
Total	197880	200422	364681	1610110	265516	345977

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

Ao se relacionar tempo de migração e setor (tabela 9), constata-se que os serviços pessoais se constituem para o migrante na "porta de entrada" no mercado de trabalho metropolitano, devido à maior incidência desses trabalhadores com menos de um ano de migração. Exceção a esse resultado é feita para São Paulo, onde a indústria absorve 30.8% da mão-de-obra migrante recém chegada. Deve-se ressaltar, no entanto, a menor participação da construção civil na geração de postos de trabalho para o migrante recente, ao contrário do verificado por Martine e Peliano (1978) na análise dos dados referentes aos anos 60. Possivelmente, o aprofundamento do processo de terciarização conjugado à redução de construções no espaço urbano e à diminuição dos gastos do governo em obras públicas - devido à crise fiscal da década passada - tenham motivado aumento no número de migrantes recém-chegados ocupados nos serviços pessoais vis-à-vis a menor procura por ocupações na construção civil.

⁸ Os dados referentes ao total da população ocupada migrante com menos de 10 anos não corresponde ao total apresentado na tabela 6, em virtude da presença de não declarados.

TABELA 9

**População ocupada migrante com menos de 1 ano de residência
segundo setor**

Regiões	Fortaleza	Recife	Belo Horizonte	São Paulo	Curitiba	Porto Alegre
Indústria	3415	1190	6453	58238	6510	6609
Const.Civil	1918	2856	5975	24517	4341	3084
S.Públicos	852	953	1195	7152	814	2202
Comércio	2560	2857	5496	18389	4067	5062
S.Financeiros	639	0	1195	0	542	660
Transp/Comunic	640	714	2390	10217	1355	1540
Serv.Pessoais	10874	6664	17921	56185	9761	10131
Prof. Negócios	426	476	717	3063	542	220
Serviços Sociais	1493	2380	2628	11238	3255	2645
Total	22817	18090	43970	188999	31187	32153

FONTE: Suplemento do Trabalho PNAD/1990.

Com o aumento de tempo de residência na metrópole, os serviços pessoais perdem importância em favor da ampliação do número de ocupados na indústria, comércio, serviços financeiros, transportes e comunicações e serviços sociais (Tabela 10), ainda que os serviços pessoais se constituam em espaço de ocupação relevante para migrantes com mais de quatro anos em todas regiões metropolitanas.

TABELA 10

**População ocupada migrante com mais de 4 a 10 anos de residência
segundo setor**

Regiões	Fortaleza	Recife	Belo Horizonte	São Paulo	Curitiba	Porto Alegre
Indústria	22602	19757	41342	364744	30922	62548
Const. Civil	7890	9283	21271	59254	14103	16512
Serv. Públicos	4690	9282	10038	28605	12749	11009
Comércio	25374	25950	32740	125653	26037	39202
S. Financeiros	4478	4998	11948	31670	9762	7927
Transp/Comunic.	6823	6666	11468	60276	8139	10574
Serv. Pessoais	42222	35465	58547	193101	35261	44487
Prof./Negócios	1278	1428	2868	17363	3255	5284
Serv. Sociais	10237	16186	23899	71513	17902	21145
Total	125594	129015	214121	952179	158130	218688

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

No que tange à posição na ocupação (Tabela 11), observa-se que os recém-chegados tendem a serem absorvidos como empregados, especialmente empregados sem carteira nas metrópoles de Fortaleza (68,47%), Recife (46,99%) e Belo Horizonte (38,7%). Nas metrópoles São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, a posição empregado com carteira assinada assume maior relevância, embora seja ainda expressiva a participação de empregado sem carteira na população de migrantes com menos de 1 ano de residência.

TABELA 11

População Ocupada migrante com menos de 1 ano de residência segundo posição

Regiões	C/ Carteira	S/ Carteira	Conta Própria	Empregador	Total ⁽⁹⁾
Fortaleza	5119	16208	2132	213	23672
Recife	7378	9283	2619	476	19756
B. Horizonte	19837	17203	6213	1195	44448
São Paulo	106246	63342	16345	4086	190019
Curitiba	15459	8406	6238	813	30916
Porto Alegre	18945	8148	4843	1100	33036

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

Ao se considerar a posição na ocupação, nota-se, mais uma vez, que o tempo de residência nas metrópoles favorece a ascensão sócio-econômica do migrante (Tabela 12). É nítido em todas as regiões o crescimento da participação de empregados com carteira assinada e trabalhador por conta própria (exceto Curitiba), vis-à-vis a redução da participação do empregado sem carteira assinada. Tal resultado também é verificado para a população migrante com mais de 10 anos de residência, conforme afirmado anteriormente.

TABELA 12

População ocupada migrante de 4 a 10 anos de residência por posição

Regiões	C/ Carteira	S/ Carteira	Conta Própria	Empregador	Total
Fortaleza	52669	38809	32622	3200	127300
Recife	67126	34990	23567	4523	130206
B.Horizonte	125699	45405	41584	6452	219140
São Paulo	649772	153248	128723	24521	956264
Curitiba	98459	24951	31465	5153	160028
Porto Alegre	129483	38546	37884	10356	216269

FONTE: Suplemento do Trabalho da PNAD/1990.

* Não são consideradas as posições sem remuneração, trabalhador agrícola, parceiro empregado e parceiro empregador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados observados para a década dos anos 80 permitem concluir que houve um arrefecimento no fluxo migratório em todas as regiões metropolitanas, confirmado análise realizada por Martine (1994) a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991. Sobre a relação de fluxos migratórios e o segmento informal do mercado de trabalho, pode-se dizer que a mão-de-obra migrante contribui para o alargamento desse setor na economia. O setor informal continua exercendo o papel de "porta de entrada" para este contingente, ressaltando-se o setor dos serviços pessoais no corte da estrutura ocupacional, e os empregados sem carteira assinada no corte por posição. Por outro lado, o tempo de residência é fator importante para ascensão sócio-econômica do migrante, posto que se verifica deslocamento do migrante para as posições empregado com carteira assinada e trabalhador por conta-própria. Do ponto de vista regional, os resultados apenas evidenciam mais uma vez a disparidade econômica observada no Brasil, refletida neste estudo, em condições de trabalho mais precárias para a mão-de-obra migrante nas metrópoles nordestinas quando comparadas às do Sul e do Sudeste.

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDRADE, Mônica Viegas; MACHADO, Ana Flávia. Qualificação do Excedente de Mão de Obra: "Estratégia de Vida dos Trabalhadores por conta-própria" In: Encontro Nacional da ANPEC, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPEC, 1994.
- MARTINE, George. *A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão n.319).
- MARTINE, George e PELIANO, J.C. *Migrantes no mercado de trabalho metropolitano*. Brasília: IPEA, 1978.
- PERO, Valéria; URANI, André. Determinantes do Excesso de Mão-de-Obra do setor formal do Mercado de Trabalho Metropolitano. In: *Perspectivas da Economia Brasileira - 1994*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
- PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios - Suplemento do Trabalho/1990. IBGE, Fita magnética.